



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS
73ª REUNIÃO ORDINÁRIA

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51
52
53

A septuagésima terceira reunião ordinária do Conselho de Recursos Hídricos teve lugar no auditório da SEMA Porto Alegre-RS, no dia treze de novembro do ano de dois mil e treze, às quatorze horas e quinze minutos. **Compareceram** os conselheiros: Neio Lúcio Fraga Pereira, Secretária do Meio Ambiente - SEMA – Presidência; Gilmar Carabajal, SOP – vice-presidência - representante; Vitor Hugo Lara, Secretária da Agricultura – SEAPA - representante; Alexandre Jacoby Stolte, Secretária dos Transportes – SEINFRA - representante; Margareth Vasata, Secretária do Planejamento –SEPLAG - representante; Marco Aurélio Franceschi, SDPI - SEDAI – representante; Valmir Rosa Silveira, Secretária dos Transportes - SEINFRA – representante; Carlos Alberto Prade, Secretária da Ciência, Inovação e Desenvolvimento Tecnológico - SCIT– representante; Luciane Peralta, Secretária Especial de Assuntos da Casa Civil; representante; Tânia Zoppas, Comitê Caí, titular; Dilton de Castro, Comitê Tramandaí, suplente; Ivo Mello, Comitê Ibicuí, titular; Paulo Robinson Samuel, Comitê Gravataí, titular; Daniel Schmitz, Comitê Taquari-Antas – titular; Roberto Damásio de Carvalho, Comitê Santa Maria, titular; Karla Cozza, Comitê Lagoa Mirim, titular. **Ausentes:** Secretária da Saúde, Sistema Nacional de Meio Ambiente, Sistema Nacional de Recursos Hídrico. **Ausência Justificada:** Secretária da Saúde. **Demais:** Teresinha Guerra – Comitê Lagoa Guaíba; Júlio Salecker – Comitê Pardo; Mário Florisbal Damé – Comitê Baixo Jacuí; Nelson Narvaes – Comitê Quaraí, Luis Augusto Persigo – Comitê Ijuí; Raquel Reisdorfer – Comitê Ijuí; Diego Carrillo – FEPAM, Tiago Lucas Corrêa – Comitê Tramandaí; Mário Luiz Rangel – Comitê Gravataí; Andrise Lima – DRH/SEMA; Roberto Macagnan – SEMA; Vilson Ropke – Comitê Tramandaí, Carlos Alvin Heine – Corsan; Thayse do Prado – DIPLA/SEMA; Sérgio Mozart Ferreira – DIPLA/SEMA; Tiago Brasil Loch – DIPLA/SEMA; Carlos Bortoli – Perfil; Camila Oliveira – CIENTEC; Cícero Zorzi – DRH/SEMA; Carine Souza – FETAG; Elaine dos Santos – DRH/SEMA; Shirley Nielsen – ABES; Silvana Lopes de Oliveira; Ana Rosa Bered – FEPAM/DQA; Vicente Marques – Gabinete do Governador; Luiz Augusto Persigo – Comitê Ijuí; Raquel Reisdorfer – Comitê Ijuí; Roberto Macagnan – SEMA; Camila Reis Oliveira – CIENTEC; Vicente Marques - Gabinete do Governador; Patrícia Moreira Cardoso, Margarete Willers Bremm e Carmem Silveira da Silva, Secretária Executiva do CRH/SEMA. Presidente Neio Lúcio Fraga Pereira fez abertura cumprimentando a todos os presentes. **Secretária Executiva Adjunta Carmem Silva – Comunicações:** Ofício da Câmara Técnica da Região Hidrográfica do Guaíba – a CTG reuniu-se no dia trinta e um de outubro de dois mil e treze, e após ampla discussão entre seus membros deliberou o seguinte: Sendo a CTG uma Câmara de discussão política de gestão na Região Hidrográfica do Guaíba, então todos os nove comitês pertencentes a essa região, devem participar da sua composição, e não apenas sete como vêm acontecendo. O Saneamento é um problema urgente na Região Hidrográfica do Guaíba e não poderá haver debate e planejamento sem a participação da Secretária da Habitação e Saneamento – SEHABS/RS. Solicitar ao Presidente do CRH/RS que a SEHABS seja convidada para compor a CTG. Que esta deliberação da CTG seja aprovada na Septuagésima Terceira Reunião Ordinária do CRH/RS e publicada a sua composição através de Resolução do CRH/RS. Esse assunto tem que ser votado para ser colocado na ordem do dia. Presidente Neio Lúcio Fraga Pereira colocou em votação a inclusão de pauta. Aprovado por todos. **Secretária Executiva Adjunta Carmem Silva:** Ofício Comitê Ijuí Nº 33/13 – Ao cumprimentá-lo cordialmente, o Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Ijuí vem por meio desse pleitear a revisão das Fases A e B do Enquadramento da Bacia e solicitar a implantação da Fase C. Isso é uma demanda ao Departamento, não precisa ser votado. Nós temos aqui uma resolução que foi publicada *ad referendum* do CRH, Resolução Nº. 132 do dia 05 de novembro, que fala das atribuições do Presidente do Conselho, fizemos isso porque precisávamos urgente fazer a troca de uma rubrica. **Roberto Macagnan:** nós tínhamos previsto no nosso orçamento dois eventos financiados pelo Fundo, o ENCOB e o Encontro Estadual de Comitês de Bacia. Esses recursos foram mais



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

54 do que suficientes para esses dois eventos e agora tem o ABRH em Bento Gonçalves.
55 Então nós estamos participando com uma cota de setenta mil reais e para que pudéssemos
56 entrar com essa cota a CAGE exigiu que houvesse uma deliberação do CRH específica
57 sobre esse item orçamentário. Como o tempo estava nos atropelando, nós entendemos por
58 ter sido fruto de uma economia que nós fizemos na forma de organizar o ENCOB, não
59 haveria problema de destinar esse recurso. Então por conta disso o Presidente do Conselho
60 fez uma resolução *ad referendum*, aprovando e atendendo a exigência da CAGE.
61 **Secretária Executiva Adjunta Carmem Silva:** Também teve uma solicitação da Secretaria
62 de Comunicação pedindo recursos do FRH para publicidade. **Roberto Macagnan:** Nós
63 temos uma verba de cem mil reais orçada do nosso fundo pra 2013, que nós não utilizamos
64 e não temos previsto nenhum evento pra utilizar esses recursos nesse ano. A Secretaria de
65 Comunicação está organizando um evento que se chama "Mateando com o Rio Grande".
66 Esse evento vai incluir temas ligados à Secretaria do Meio Ambiente e também abriu espaço
67 pra que o Departamento de Recursos Hídricos apresente os seus programas pra divulgar as
68 suas atividades. Como a Secretaria de Comunicação está com problemas de orçamento,
69 ontem ela solicitou a nós a destinação desses cem mil reais para esse evento. Por isso
70 estamos trazendo aqui para análise do CRH, porque não temos como fazê-lo sem
71 aprovação do CRH. Presidente Neio Lúcio Fraga Pereira colocou em votação a inclusão dos
72 dois pontos na pauta. Aprovados por todos. **Daniel Schmitz:** em primeiro lugar queria
73 salientar da importância em destinar recursos pra essas duas situações, para a ABRH e
74 para comunicação e com isso colocar à sociedade que existe o sistema de recursos
75 hídricos. Gostaria de dar uma sugestão: que a SEMA pleiteasse junto a ABRH a
76 possibilidade de dois membros de comitês terem passe livre pra participar das discussões
77 da ABRH. Os comitês não têm recursos, as pessoas não têm dotação financeira pra
78 participar, sendo que o custo é de novecentos reais. Então, como o sistema de recursos
79 hídricos está viabilizando essa participação, em contra partida, que cada comitê pudesse
80 indicar dois membros da sua plenária que pudesse participar desses debates sobre recursos
81 hídricos da ABRH. **Marco Mendonça:** Nós vamos fazer essa solicitação formal pra ABRH,
82 achamos pertinente e justo que haja essa integração entre essas duas esferas, tanto a
83 deliberativa, que são os comitês, quanto a acadêmica, relacionada com a ABRH. Eu acho
84 que mutuamente são esferas que discutem recursos hídricos e precisam gradativamente se
85 integrar. **Ordem do dia: Metas para o Pacto Nacional pela Gestão das Águas: Marco**
86 **Mendonça:** primeiro quero anunciar a presença do Nelson Freitas, que é o embaixador da
87 ANA, o nosso assessor especial aqui do Rio Grande do Sul pra acompanhar diretamente as
88 demandas do nosso Estado junto a ANA. Então qualquer questão que tivermos que
89 encaminhar, é com ele agora. Durante o ENCOB foi feita uma proposta da ANA, foi tudo
90 muito rápido, em questão de dias foi discutido a possibilidade do Rio Grande do Sul aderir
91 ao Pacto das Águas. Ao todo 13 estados já haviam aderido e da região Sul faltava só o Rio
92 Grande do Sul. Então se conjecturou a hipótese de fazer essa adesão durante o ENCOB,
93 pela relevância política. Pra isso foi feita a publicação de um Decreto Estadual, no qual o Rio
94 Grande do Sul aderiu formalmente ao pacto. Durante o ENCOB também foi feita uma
95 discussão aqui na SEMA, sobre a forma como poderíamos fazer essa adesão, no que
96 consiste isso. Vou fazer uma apresentação e mostrar o que representa essas metas que o
97 Rio Grande do Sul vai se comprometer. O problema que a ANA tinha nos colocado
98 inicialmente, é que em termos institucionais, a própria ANA se desenvolveu mais
99 rapidamente do que os estados. Isso é um problema porque as nossas bacias hidrográficas
100 não coincidem os seus limites com os limites estaduais e tem que haver uma interação e
101 uma integração desses desenvolvimentos, senão nós teremos problemas. Existem águas de
102 domínio da União e de domínio dos Estados. Se houver um desenvolvimento desconforme
103 disso nós teremos problemas na gestão. Então é importante que os Estados também
104 acompanhem esse desenvolvimento institucional e gerencial que a ANA está propondo. Por
105 isso a ANA fez essa proposta do Pró Gestão, que é um estímulo aos Estados pra que eles
106 possam atingir determinadas metas e melhorar a gestão de recursos hídricos. Na resolução



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

107 que aprovou a regulamentação, a ANA definiu em articulação com as entidades estaduais
108 um conjunto de metas do Pacto Nacional. Temos um quadro de metas, num prazo de cinco
109 anos e todas elas seriam discutidas aqui no CRH. Nós fizemos uma primeira reunião com a
110 ANA na qual discutimos o quadro geral dessas metas e fizemos uma proposta que
111 queremos apresentar aos senhores. As etapas do processo começam com a adesão ao
112 pacto. Temos o Decreto Estadual que concorda com o regulamento e que indicou a SEMA
113 como entidade estadual pra receber os recursos. Depois o órgão gestor vai mandar um
114 ofício pra ANA, vai enviar uma série de documentações, abrir uma conta bancária, vai ser
115 feito um contrato, mas é preciso que essas metas sejam discutidas e aprovadas aqui no
116 Conselho. Por isso colocamos esse ponto de pauta para discussão, pra que a gente possa
117 receber uma primeira parcela desse recurso ainda este ano. De forma algumas queremos
118 atropelar a discussão, é mais pra aproveitar essa oportunidade. A partir da aprovação
119 dessas metas é feito o primeiro desembolso ainda esse ano. Do segundo ao quinto
120 desembolso se faz conforme a avaliação é um critério proporcional, conforme atingirmos um
121 patamar "X" das metas a gente recebe proporcionalmente o recurso relacionado às metas
122 atingidas. A partir dessa aprovação aqui hoje seria de setecentos e cinqüenta mil. O do ano
123 que vem seria em março também no mesmo valor, esse recurso que não vai pro tesouro do
124 estado, vai pra uma conta bancária específica desse Pró Gestão e vai ser aplicado
125 exclusivamente na parte da gestão de recursos hídricos. Existem dois grande grupos de
126 metas, metade delas estão condicionadas a integração federativa dos órgãos gestores,
127 tanto da gestão do Rio Grande do Sul com a ANA. Consideramos que são metas de
128 cooperação federativa que representam cinquenta por cento das metas, que são pré-
129 definidas pela ANA. Essas metas são as mesmas pra todo país devem ser aprovadas pelo
130 Conselho Estadual e tem a certificação da ANA. Temos também as metas de fortalecimento
131 dos sistemas estaduais, que são também cinquenta por cento. Elas dependem de uma
132 tipologia que nós vamos discutir daqui a pouquinho. Essas metas para o sistema estadual
133 de gestão têm que ser aprovadas pelo Conselho Estadual, que vai decidir se as atingimos e
134 depois vai ser certificado pela ANA. Temos aqui uma planilha das metas da cooperação
135 federativa, que é para todos os estados, numa projeção para cinco anos, que a Ana nos
136 enviou. A meta um é *Integração das Bases Cadastrais*; meta dois *Compartilhamento de*
137 *Informações sobre Águas Subterrâneas*; meta três *Contribuição para a Difusão do*
138 *Conhecimento*; meta quatro *Prevenção de Eventos Hidrológicos Críticos* e a meta cinco
139 *Segurança de Barragens*. Nós identificamos que pra meta de março de dois mil e quatorze,
140 nós teríamos de atender as quatro primeiras com relativa tranquilidade, só a última que seria
141 problema. Foi colocado um peso de dez por cento em cada uma delas, então atingiríamos
142 quarenta por cento. Mas como são só essas metas que vão ser avaliadas em março, nós
143 teríamos oitenta por cento de atendimento dessas metas. As metas de gestão relacionadas
144 ao Estado vão ser cobradas para o início de dois mil e quinze, então poderíamos
145 independente de tipologia, garantir essas quatro primeiras metas relacionadas. Na planilha
146 que a ANA nos mandou, que podemos passar aos comitês e conselheiros, ela é bem
147 sucinta no que se entende por atender aquela meta específica. Ela estabelece na parte de
148 *Comunicação Social ter algum tipo de ação relacionada a Comunicação Social*, ele não
149 define uma meta impossível de ser atendida, de acordo com a tipologia aumenta o grau de
150 complexidade. Nas metas relacionadas ao fortalecimento do Sistema Estadual: são cinco
151 metas já no próximo ano. No ano um que é agora, seria a definição e aprovação das metas
152 e a partir do ano dois são quatro variáveis, no total dentre essas quatro variáveis nós
153 teríamos trinta variáveis de gestão que são analisadas. Nós ficamos dois dias olhando uma
154 por uma, podemos falar rapidamente sobre elas e depois passar as informações
155 detalhadamente para os conselheiros. A meta dois ponto dois, são variáveis legais,
156 institucionais e de articulação social. Meta dois ponto três são variáveis de planejamento.
157 Meta dois ponto quatro variáveis de informação e suporte. Meta dois ponto cinco variáveis
158 operacionais. A metodologia que está sendo trabalhada é pra tentar adequar as estruturas
159 de Gestão de Recursos Hídricos ao grau de complexidade que o uso e os recursos hídricos



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

160 de cada Estado apresentam. Não é pra criar uma estrutura superdimensionada e nem criar
161 uma estrutura que não atenda minimamente as necessidades. Então se trabalha com a idéia
162 de uma estrutura sem conflitos de uso, com poucos problemas e vai subindo desse grau de
163 complexidade conforme aumentam os problemas de disponibilidade, de quantidade e
164 qualidade de água dos conflitos resultantes disso. Nessa tabela é estabelecida uma
165 estrutura institucional adequada pra atender a complexidade do processo de gestão. Se
166 tivéssemos uma estrutura institucional avançada e nosso grau de complexidade e
167 problemas na área de gestão fosse muito alto, teríamos que enquadrar o Rio Grande do Sul
168 na classe "D". Uma estrutura institucional robusta, com grau de complexidade alto seria
169 classe "C", depois classe "B" e "A". Como exemplo a ANA sugeriu o Estado do Acre, que
170 teria uma estrutura institucional básica e um grau de complexidade baixo. Então para
171 atender as necessidades deles poderia se usar uma tipologia "A", que é menos exigente
172 com relação a atingir as metas. Nós entendemos que o Rio Grande do Sul deveria ser
173 enquadrado na tipologia "C", não uniformemente. Teríamos bacias com situações
174 diferenciadas, mas dada a necessidade que o estado tem de fazer a gestão adequada, o
175 ideal seria que estivéssemos na tipologia "C". Porém temos um problema: para que
176 pudéssemos estar na tipologia "C", deveríamos ter uma estrutura institucional robusta, que
177 passa, não pela parte dos comitês de bacia, porque nós temos eles organizados em todas
178 as bacias, mas basicamente há uma deficiência nossa, aqui no DRH, com relação a
179 estrutura de pessoal, que nós vamos resolver com o concurso público para a SEMA. Hoje o
180 DRH tem em torno de seis ou oito técnicos e vamos agregar mais quarenta e oito técnicos
181 especificamente para o DRH, inclusive aportando também técnicos nas estruturas do interior
182 do estado. A proposta que o DRH está fazendo para os senhores é que inicialmente, face
183 essa nossa deficiência pontual, que vamos resolver nos próximos meses, nesse primeiro
184 ano a gente adote a tipologia "B", e no final de dois mil e quatorze esse Conselho
185 novamente se reúne e adote a tipologia "C". Estamos fazendo esse concurso e até a metade
186 de dois mil e quatorze devemos estar chamando os concursados. Se nós não tomássemos
187 essa providência, possivelmente estaríamos com uma estrutura deficitária, porque em abril
188 encerram os contratos emergenciais. Então a partir de abril muitas das pessoas que hoje
189 trabalham no DRH vão sair, vamos ter possivelmente um período de lapso de tempo com
190 uma estrutura mais precária, até que cheguem os novos concursados. Seria temerário nós
191 nos comprometermos com algumas dessas metas sem ter a estrutura mínima adequada pra
192 poder atender. Então, preventivamente a nossa proposta não é por nenhum viés
193 conservador, de forma alguma, nós queremos avançar o sistema e estamos estruturando a
194 SEMA para isso, mas preventivamente que pudéssemos adotar a tipologia "B", com o
195 compromisso de ao chegar os concursados, durante o ano de dois mil e quatorze, e ao final
196 de dois mil e quatorze o Conselho se reúne e faz essa mudança. Isso é possível de fazer, o
197 Nelson consultou a ANA, no qual nós vamos nos comprometer com metas mais avançadas,
198 mais complexas a partir dessa estrutura que a gente vai ter. Na tipologia "B" são trinta
199 variáveis. Nas variáveis de Natureza Legal e Institucional e de Articulação Social teria que
200 ter um modelo institucional, um organismo gestor, com um arcabouço legal, o Conselho
201 Estadual funcionando e uma capacitação setorial. Num nível intermediário Comunicação
202 Social e Difusão e Articulação com Setores de Usuários e Transversais. Nas variáveis de
203 Planejamento teríamos que ter a divisão hidrográfica do estado determinada. Os técnicos
204 que entraram recentemente estão reavaliando minuciosamente a divisão hidrográfica do
205 estado pra que possamos atingir essa meta também. E também queremos ter o balanço
206 hídrico consolidado, que é a segunda variável. No nível intermediário, que a gente tenha um
207 planejamento estratégico; que o Plano Estadual de Recursos Hídricos seja encaminhado
208 para a Assembléia Legislativa. As Variáveis de Informação e Suporte é que tenhamos uma
209 base cartográfica. Nós encaminhamos para o Banco Mundial, também estava no orçamento
210 do FRH desse ano, e está sendo contratada agora no início de dois mil e quatorze uma nova
211 base cartográfica para o estado, portanto vamos atingir essa meta. O Monitoramento
212 Hidrometeorológico, chegaram as dez primeiras estações de monitoramento da ANA, que



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

213 nós estamos licitando pra instalar e também estamos adquirindo novas estações para
214 começar a montar a rede de monitoramento no estado, que não existe hoje pela parte do
215 DRH, só ações pulverizadas no estado. Monitoramento de Qualidade da Água, estamos
216 tratando disso com a FEPAM, que tem a ver com o Plano Nacional de Qualidade da Água.
217 Cadastro de Usuários e Infraestrutura de Recursos Hídricos é uma das variáveis de suporte
218 que é analisada. Sistema de Informações, nós estamos concluindo o Termo de Referência
219 para iniciar a licitação esse ano. Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação na Área de
220 Recursos Hídricos. Nessas Variáveis de Informação e Suporte fica claramente comprovada
221 a necessidade de termos uma estrutura adequada pra poder fazer isso e acompanhar.
222 Porque se nos comprometermos em atingir essas metas já em janeiro de dois mil e
223 quatorze, não vamos ter condições de atender. Aqui temos também as variáveis que são
224 avaliadas: Informação e Suporte: tenho seis obrigatórias e tenho que atingir pelo menos
225 duas delas, e na tipologia "B" é possível atender. Na primeira são sete e teríamos que atingir
226 quatro delas. Na de Planejamento são duas de quatro. Na de Informação e Suporte são
227 duas de seis. Na Operacional é uma entre as três, que tem a Outorga, inclusive a Outorga
228 de Qualidade, que hoje ainda não fazemos a Fiscalização e a Gestão e Controle de Eventos
229 Extremos, que estamos montando a Sala de Situação. Pela tipologia "B" nós teríamos
230 condições tranquilas de atingir essas metas, no primeiro ano, em função da nossa
231 deficiência. Nas Variáveis Legais para atingir a tipologia "B" temos as Institucionais e
232 Articulação Social, que são cinco de dez, no mínimo são quatro e nós atingiríamos. As de
233 Planejamento são três de oito, no mínimo duas. As cinco de dez são as que nós temos
234 atualmente, então nas variáveis de Planejamento nós atingiríamos três e o mínimos são
235 duas. As de Informação e Suporte nós atingiríamos três de seis e no mínimo são duas. As
236 Operacionais são cinco de oito e no mínimo é uma. Aqui temos o cronograma de execução
237 das metas do Sistema Estadual. A meta um ponto dois, que é a primeira desse ano:
238 aprovação do Conselho e a partir do segundo ano, vai valer a partir do início de dois mil e
239 quinze, seria alcançar os níveis de exigência e pelo menos quatro variáveis de gestão na
240 parte da meta dois ponto dois. Segundo item seria alcançar os níveis de exigência em pelo
241 menos duas variáveis pra dois ponto três, depois duas variáveis pra dois ponto quatro e uma
242 variável da dois ponto cinco. Na tipologia "B" nós teríamos condições de atingir essas metas
243 dentro desse prazo durante dois mil e quatorze. A partir do ingresso dos concursados,
244 quando o DRH vai ter uma outra estrutura, teremos condições de atingir as metas da
245 tipologia "C". A intenção das metas, é um processo de auto avaliação. Na tipologia "D" são
246 trinta variáveis analisadas, entram outras variáveis mais complexas. A entidade estadual faz
247 a auto avaliação da proposta, encaminha ao CRH, a partir dessa discussão no CRH ela faz
248 uma auto avaliação e ratifica ou não e depois encaminha pra ANA, que faz a avaliação e
249 fecha o contrato de metas que está vinculado a atingir essas metas para receber os
250 recursos. Se olharmos para o orçamento do FRH, não é tanto a questão do valor em si do
251 recurso repassado, porque se formos olhar um Plano de Bacia nosso está orçado em torno
252 de três vezes esse valor, mas é mais pela importância de estimularmos o desenvolvimento
253 do sistema. É importante que trabalhemos na administração pública com metas para que
254 possamos fazer avançar, porque a nossa lei já tem mais de dezoito anos e muitas das
255 coisas que são obrigações legais, que já deviam ter sido implantadas há muito tempo, nem
256 pro papel foi. Por isso é importante que trabalhemos com essas metas pra que possamos de
257 uma forma federada e articulada junto com a ANA, melhorar a gestão de recursos hídricos
258 do estado. A proposta é que o Rio Grande do Sul aceite este ano ser enquadrado na
259 tipologia "B", com o compromisso de ao final de dois mil e quatorze retornar essa discussão
260 ao CRH para modificar para a tipologia "C". **Ivo Mello:** antes de mais nada, Secretário e
261 Diretor, queremos louvar a organização e a forma como foi apresentado, porque tem início,
262 meio e fim, a gente enxerga onde pode chegar, não é fácil, é um trabalho que vai depender
263 muitos dos gestores, mas é louvável. Gostaria de fazer um questionamento: os primeiros
264 setecentos e cinquenta mil e os próximos setecentos e cinquenta mil, vão ser gastos
265 exatamente no quê? **Marco Mendonça:** ainda não há uma definição com relação a isso, até



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

266 porque não está nem no orçamento e não poderíamos pensar em usar esse recurso esse
267 ano. Nossa intenção era poder usar esse recurso pra melhorar a estruturação do órgão. Em
268 termos de quantidade é um recurso limitado. Se fôssemos empregar ele pra fazer o Plano
269 de Bacia iríamos comprometer as metas de três anos pra fazer um ano Plano só e esse ano,
270 estamos contratando oito. Não temos uma definição pra isso ainda, mas a nossa intenção
271 era poder estruturar a SEMA e o DRH, que tem deficiências desde equipamentos pra fazer
272 fiscalização, veículos, enfim, ter um recurso pra estruturar e poder dar suporte para os
273 comitês. Ainda não há uma definição, podemos fazer essa discussão dentro da CTPA, fazer
274 um Plano de Uso desse recurso. Porque a curto prazo, teríamos a previsão do desembolso
275 integral da primeira parcela e a segunda parcela, até oitenta por cento do recurso em março.
276 Então teríamos um milhão, trezentos cinquenta mil reais aproximadamente num curto prazo
277 pra ser usado. **Presidente Neio Lúcio Fraga Pereira:** Como o Pacto é o Pró Gestão, o
278 recurso tem que ser utilizado pra melhoria da gestão. Então vamos ter que fazer um plano
279 de aplicação, todo recurso requer isso, primeiro tem que aprovar pra depois receber e
280 recebendo a gente faz um plano de aplicação e submete ao Conselho. Presidente colocou
281 em votação as Metas para o Pacto Nacional pela Gestão das Águas. Aprovado por
282 unanimidade. **Item 02 – Expediente Administrativo nº 11112-0500/13-4 – Resolução do**
283 **Acordo sobre Retirada de Água na Bacia Hidrográfica do Rio Gravataí: Secretária**
284 **Executiva Adjunta Carmem Silva:** esse acordo vem sendo feito todos os anos, é o acordo
285 do Abastecimento Público, sobre a retirada de água na bacia do rio Gravataí. **Paulo**
286 **Robinson Samuel:** boa tarde Secretário, conselheiros e visitantes. Estamos apresentando
287 o acordo entre o setor de agricultura e o saneamento, acordo que já vem desde dois mil e
288 seis. Esse acordo foi mais uma vez construído entre os setores e ontem passamos pelo
289 comitê de bacia, porque precisávamos de uma aprovação do comitê, ele foi aprovado e
290 estamos trazendo a este conselho para referendá-lo. Nós temos uma régua que mede os
291 níveis do Rio Gravataí. No momento que essa régua chega a um metro é disparado um sinal
292 de alerta, via DRH, Comitê e todas as entidades que fazem parte do comitê e se suspende o
293 bombeamento por quarenta e oito horas. A partir de então ele é bombeado por setenta e
294 duas horas e vice-versa. No momento que esse nível chega a cinquenta centímetros, não se
295 bombeia mais para o setor de agricultura e a prioridade é o abastecimento público. Esse
296 acordo entre os setores de Saneamento e Agricultura, construído dentro do Comitê de
297 Bacia, tem esse objetivo de fazer a gestão das águas nesse período mais crítico que é de
298 dezembro a quinze de março de dois mil e quatorze. Estamos trazendo aqui para ser
299 referendado pelo CRH e estamos à disposição para qualquer questionamento. **Ivo Mello:**
300 esse acordo é uma reedição das resoluções dos outros anos? **Paulo Robinson Samuel:**
301 sim. Esse acordo vem dando certo há bastante tempo, os setores sentaram na mesa e não
302 houve necessidade de mudanças. Presidente Neio Lúcio Fraga Pereira colocou em votação
303 e foi aprovado por todos. **Item 03 – Expediente Administrativo nº 13046-0500/13-7 –**
304 **Vazão de Referência da Bacia Hidrográfica do Rio Pardo: Júlio Salecker:** boa tarde a
305 todos. O Comitê Pardo, como outros comitês do estado, já têm as fases A e B do seu plano
306 de bacia prontas desde dois mil e seis, e a fase C em um braço do Rio Pardinho. Na época
307 se decidiu fazer fase A e B em toda bacia e a fase C como um piloto no afluente Pardinho.
308 Até porque é o Pardinho que traz água para Santa Cruz do Sul, Vera Cruz e onde já se tem
309 certo problema de abastecimento entre essas duas cidades. Quando se fez o plano em dois
310 mil e seis, o sistema não tinha todo o entendimento de enquadrar com determinada vazão,
311 de que tem que estar naquela classe com uma vazão específica. Então nós nunca tivemos
312 aprovada a vazão de referência. Fizemos todo processo, chamamos na plenária do comitê a
313 empresa que fez o plano na época pra tratar sobre a vazão de referência, o diretor Marco
314 Mendonça esteve lá também com assessores técnicos, colocamos em votação e a vazão
315 que estamos trazendo aqui para aprovação do conselho é Q90. É uma vazão mais branda,
316 que não vai trazer conflitos tão imediatos agora. **Diego Carrillo, técnico da FEPAM:** boa
317 tarde a todos. Como bem colocou o Júlio, houve três reuniões junto ao comitê de bacia, a
primeira foi o consultor que coordenou o plano de bacia na época de dois mil e seis, depois



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

319 eu falei pela FEPAM das implicações da adoção de uma ou outra vazão de referência, e por
320 último o diretor Marco Mendonça numa apresentação na qual também estive presente e
321 ajudei a dirimir algumas dúvidas. A questão é a seguinte: via de regra a determinação da
322 vazão de referência pressupõe um conjunto de simulações hidrológicas, matemáticas, e
323 pelo fato de o plano já ter sido feito, ela não foi feita e dialogada com o comitê, como tem
324 sido feito nos últimos planos. No entanto, o nosso entendimento é que o comitê estava
325 ciente, várias vezes foi questionado se eles se sentiam a vontade pra deliberar sobre esse
326 tema e eles afirmaram que sim. A gente entende que o sistema precisa da definição desses
327 valores e também no intuito de não barrar o processo de gestão e justamente fazer com que
328 os comitês se sintam responsáveis por aquela tomada de decisão. O nosso
329 encaminhamento foi de que fosse realmente referendado esse valor deliberado pelo comitê.
330 Recentemente fizemos um parecer nesse sentido e como técnico, não vejo por que esse
331 valor não possa ser aprovado. Esse processo não é novidade, no ano passado foi aprovada
332 a vazão de referência do Comitê Apuaê-Inhandava, que foi feito um plano só para o Arroio
333 Tigre. É feita muita confusão sobre vazão de referência pra outorga, pra enquadramento e
334 essa confusão se dá entre o próprio meio técnico. Eu estou falando de vazão de referência
335 pra enquadramento e na ausência de definição de vazão de referência para o
336 enquadramento, segundo a resolução CONSEMA Nº 128 quem define é o órgão ambiental,
337 e no caso tem sido eu que defino isso e levo sempre em consideração, primeiro, a vazão de
338 referência que foi utilizada nas simulações matemáticas dentro de um plano de bacia, e
339 segundo, o entendimento do comitê. Um outro comitê que não tem a vazão de referência
340 explícita é o Caí, mas na Bacia do Caí nós pegamos o Plano de Bacia, vemos como foi feita
341 a simulação matemática pra avaliação do atingimento da meta de enquadramento e
342 passamos a adotar aquele valor. Então me parece muito razoável adotar essa vazão Q90 e
343 emitir uma resolução, tal qual foi emitida no comitê Apuaê Inhandava. É uma definição
344 provisória enquanto não for feita a fase C de um todo, por que foi feita só do Rio Pardo.
345 Presidente Neio Lúcio Fraga Pereira colocou em votação e foi aprovado por todos. **Item 04 -**
346 **Expediente Administrativo nº. 008972-0500/13-5 – Alteração da Resolução CRH Nº**
347 **96/11, que estabelece critérios para retirada de água para irrigação na Bacia do Rio**
348 **Santa Maria – Secretária Executiva Adjunta Carmem Silva:** esse expediente estava na
349 pauta da reunião passada e como houve manifestação do representante da Corsan, ele
350 retornou para que o comitê e a Corsan conversassem. No comitê Santa Maria tem uma
351 Comissão Local, que se reuniu, e depois teve a reunião do comitê. Também repassamos ao
352 representante da Corsan para que eles entrassem num acordo. **Roberto Damásio de**
353 **Carvalho:** Boa tarde Secretário, boa tarde Conselheiros e visitantes. Esse ponto foi tratado
354 na Comissão Local na cidade de Dom Pedrito e na última plenária do Comitê Santa Maria,
355 na cidade de Cacequi, onde se manteve a proposta da redação que foi colocada em pauta.
356 A proposta é que se mantenha o monitoramento e as informações sobre os níveis do Rio
357 Santa Maria, na cidade de Dom Pedrito, Ibicuí da Armada na cidade de Rosário do Sul e da
358 Barragem da Serrinha na cidade de Dom Pedrito. Essa foi a posição do comitê e essa
359 proposta já havia passado dentro da Câmara Técnica de Assuntos Institucionais e Jurídicos,
360 onde foi aprovada. **Paulo Germano:** boa tarde a todos. O que essa resolução traz de
361 diferente das anteriores é justamente a leitura na Barragem da Serrinha, que é uma reserva
362 técnica da cidade de Dom Pedrito, principalmente nas épocas de verão. Como já argumentei
363 na última reunião, a leitura estava sendo feita e pra nós é uma informação de consumo
364 interno. Verificamos que não há uma necessidade tão grande de se fazer a leitura diária
365 naquela barragem, haja vista que a variação do nível não é tão grande. Também temos
366 dificuldades operacionais de deslocar um funcionário para ir lá todos os dias, a estrada é de
367 terra e quando chove fica complicado. Vou fazer uma breve explanação pra vocês. Aqui
368 temos a bacia hidrográfica do Santa Maria, aqui está a captação de Santa Maria e a
369 captação da Serrinha que fica a mais ou menos seis quilômetros do nosso escritório
370 regional. Considerando que os níveis têm poucas variáveis, o acesso muitas vezes difícil,
371 disponibilizar um funcionário local que exija atenção. Nós temos poucos funcionários lá e



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

372 temos que utilizar eles pra nossa operação. A demanda de uma hora por dia para leitura é
373 um custo de cerca de novecentos reais por mês, não é muito, mas é um custo arcado
374 também pela companhia. Além do que a minuta de resolução interfere diretamente na
375 autonomia da companhia de decidir na gestão da operação, quer dizer, daqui a pouco o
376 comitê vai decidir que a gente tem que usar sapato amarelo e outras coisas. Nós somos
377 minoria lá, temos dois votos, todos os outros votos são sempre contra nós. Nós temos uma
378 contra proposta, de fazer a leitura na Barragem da Serrinha uma vez por semana, ou, que a
379 comissão local assuma essa parte de ver os níveis, e vá todos os dias fazer essa leitura.
380 **Presidente Neio Lúcio Fraga Pereira:** Eu entendi que a Corsan é uma companhia estadual
381 e ela tem a sua autonomia. O Comitê de Bacia não pode determinar o funcionamento de
382 uma companhia. Mas a Corsan se compromete semanalmente a fazer a avaliação, caso
383 haja necessidade ou vontade do comitê a Corsan coloca a disposição de quem quiser ir lá
384 fazer essa medição. Isso que eu entendi. **Roberto Damásio de Carvalho:** volto a informar
385 que essa leitura continua sendo repassada para o comitê. Então nós entendemos não ser
386 problema, porque no passado, neste ponto de captação para o abastecimento público havia
387 um monitoramento eletrônico, no momento ele está estragado e a Corsan não consertou.
388 Existe uma maneira, é possível que as informações sejam repassadas à comunidade, que
389 dentro da plenária do comitê já aprovou por unanimidade isso, e gostaria de receber essa
390 informação. **Daniel Schmitz:** só pra entender a realidade local: o uso é exclusivo da
391 Corsan?....Sim É uma barragem só para abastecimento? Sim...Ninguém mais usa aquela
392 água? Não....Ela alimenta algum outro recurso com a sua vazão? Não.....É só para o
393 abastecimento? O abastecimento é feito pelo rio Santa Maria? Sim... **Roberto Damásio de**
394 **Carvalho:** senhores só lembrando, essa barragem foi construída na década de oitenta e
395 doada para a Corsan, para evitar o problema de abastecimento público na cidade de Dom
396 Pedrito, quando o nível do Rio Santa Maria está baixo, em períodos de estiagem. Por vezes
397 a Corsan utiliza a água desse barramento, que é uma reserva nos períodos que o rio tem
398 possibilidade de água. Algumas vezes para a manutenção de equipamentos e muitas vezes
399 utilizando essa reserva, não armazena para o período de estiagem, e aí começam os
400 conflitos. Então, a comunidade gostaria de saber dos níveis para saber o quanto dessa
401 reserva a Corsan está utilizando no momento que pode e deve retirar água do rio. **Daniel**
402 **Schmitz:** Ao contrário também acontece, quando a Corsan está utilizando água do rio, tem
403 diversos usos nos rio, ela poderia usar do reservatório. **Gilmar Carabajal:** Ela utiliza essa
404 barragem fora da época da estiagem? **Roberto Damásio de Carvalho:** Sim. Essa
405 barragem é uma reserva para períodos de estiagem e por isso a comunidade tem que saber
406 qual o destino que essas águas estão tomando, num período que não temos estiagem.
407 **Gilmar Carabajal:** Quando tem estiagem ela utiliza essa água? **Roberto Damásio de**
408 **Carvalho:** Sim, ela utiliza no período de estiagem. Temos também a preocupação no caso
409 de acontecer algum problema com as comportas, uma abertura clandestina, por exemplo.
410 Será que a Corsan vai fazer a vistoria uma vez por semana? Quanto de água perderíamos
411 nesse período? Por isso esse assunto que já tinha sido aprovado, voltou à pauta da plenária
412 do comitê e por unanimidade ficou decidido e deliberado que gostaríamos que a portaria
413 permanecesse com a redação atual. **Alexandre Jacoby Stolte:** Essa barragem trata da
414 reserva e da garantia do abastecimento em Dom Pedrito. A utilização da barragem está
415 dentro de uma estratégia de abastecimento da cidade. Ela tem que estar permanentemente
416 com a sua cota total e ela só é utilizada, como disse o colega aqui que me antecedeu, nos
417 momentos de manutenção ou quando não há possibilidade, não há conveniência para a
418 empresa no caso de precisar fazer manutenção de máquinas, equipamentos, ou qualquer
419 situação como essa, aí utiliza-se da barragem. A barragem tem que estar permanentemente
420 na sua maior cota, porque se utilizarmos a barragem e depois precisar usar a água do rio e
421 não tiver, a população ficará sem abastecimento e só haverá uma responsabilidade, do
422 Estado e da Corsan. A Corsan faz o monitoramento semanal, toda argumentação que o
423 colega utilizou aqui a pouco não traz pra nós exatamente a solicitação que está sendo feita.
424 Qual é mesmo a razão de ter que ser diária? A Corsan já faz monitoramento, garante o



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

425 abastecimento, com maestria inclusive, não só na bacia do Santa Maria, mas em todas as
426 bacias do estado e tem se credenciado nesse sentido. Eu falo isso de cátedra porque passei
427 por lá e conheço o trabalho da Corsan. A Corsan está colocando que tem monitoramento
428 semanal e o grande hiato que está sendo colocado aqui é que não há razão pra que seja
429 diário, apenas um acréscimo de custo sem justificativa à Corsan. Então eu peço a
430 sensibilidade do Conselho, apesar da insistência do colega de colocar que é por
431 unanimidade na cidade, eu acredito, não há porque discordar disso, mas existe todo um
432 outro interesse muito maior e uma responsabilidade que é apenas do Estado, se não houver
433 o abastecimento humano. **Presidente Neio Lúcio Fraga Pereira:** Eu não estou entendendo
434 mais essa discussão aqui, não vamos colocar chifre em cabeça de cavalo. A Corsan faz
435 semanalmente, abriu a possibilidade para fazer todo o dia, o comitê faz todo dia, qual é o
436 problema? Qual é o problema? **Secretária Executiva Adjunta Carmem Silva:** É que foi
437 colocado numa resolução e o problema está em constar na resolução esse monitoramento
438 diário. **Presidente Neio Lúcio Fraga Pereira:** Não pode constar na resolução que
439 semanalmente a Corsan fará a medição, e fica aberto para quem quiser fazer todo dia?
440 Pronto! Acabou! Pode ser assim? **Roberto Damásio de Carvalho:** Não foi o que o comitê
441 decidiu. **Presidente Neio Lúcio Fraga Pereira:** Mas o comitê não pode mandar um órgão
442 público fazer. Ele não tem poder pra isso, imagina fazer um negócio que não tem sentido.
443 Se está possibilitado, se está dando acesso a que seja feita uma medição diária e a
444 comunidade quer fazer, que faça! Se quiserem fazer duas ou três vezes por dia, se estiver
445 chovendo ou estiver com risco de rompimento, esse é um acordo a ser feito. Eu acho que
446 não podemos fazer um debate num colegiado desses com uma coisa, que na minha opinião
447 está demais. **Paulo Robinson Samuel:** eu queria deixar uma sugestão à equipe de técnicas
448 da Corsan que está aqui, a gente sabe que os custos são muito elevados e há um impasse.
449 Talvez nesse momento a proposta que o Secretário fez é louvável, mas como o colega
450 falou, ela é estratégica para o município e as questões estratégicas têm que ser
451 monitoradas. Sugiro que no futuro, num projeto, a Corsan instale um medidor de nível e com
452 isso essa questão será sanada. Sabemos que os custos de um medidor de nível em um
453 ano, um ano e meio se paga. **Marco Mendonça:** temos dois elementos que são importantes
454 para essa discussão: Nós vamos começar o Plano de Bacia do Santa Maria. O contrato está
455 pra ser fechado agora, só falta fazer a ordem de serviço e em seguida ele começa. Vão ser
456 colocadas duas estações telemétricas na Bacia do Santa Maria pra substituir as atuais da
457 ANA que estão lá. Essas estações, uma em Rosário do Sul, a outra não lembro a exata
458 localização, vão gerar dados a cada quinze minutos e vão mandar via satélite. Mas paralelo
459 a isso, existem vinte e uma seções hidrológicas na bacia do Santa Maria, nossa intenção é
460 comprarmos um conjunto de réguas para poder fazer a medição disso, porque de fato
461 porque a medição lá foi feita a partir da dados históricos dessa estação que tem lá em
462 Rosário do Sul, que tem mais série histórica. Foi feita a partir dela uma previsão do que é a
463 disponibilidade das outras seções hidrológicas o que tem um grau de acerto, mas que a
464 gente não sabe exatamente. As informações que nós temos atualmente trabalham com essa
465 projeção e é superimportante que na Bacia do Santa Maria se faça um monitoramento por
466 seção hidrológica. Sabemos que das vinte e uma seções, não são todas que estão numa
467 situação tão dramática, tem umas sete ou oito que estão numa situação mais complexa de
468 disponibilidade hídrica e outras que estão mais folgadas. Já estamos contratando a empresa
469 que vai instalar, recebemos dez estações dessas, se não me engano uma dessas vai para
470 Santa Maria agora e quando comprarmos as outras no decorrer de 2014, mais uma pelo
471 menos vai ser posta lá, pra substituir as estações atuais. Além dessas duas, seria mais um
472 conjunto de réguas nas outras seções hidrológicas. Aí sim, essa rede é do Estado e o CRH
473 pode determinar que de fato a gente possa mudar; porque a atribuição legal pra rede de
474 monitoramento, os parâmetros seriam do DRH, a instalação seria da Agência de Bacia que
475 não existe, mas a gente vai instalar, porque é necessário. Eu estava conversando com um
476 representante do Comitê Quaraí; nós vimos esses eventos que ocorreram da semana
477 passada pra cá na cidade de Quaraí, embora eles estejam acostumados com a cheia que



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

478 ocorre. Teve outras cidades que infelizmente ocorreram tragédias, já morreu gente aqui na
479 região metropolitana. Então é importante que a gente tenha uma rede que atenda essa
480 necessidade. Para a situação de escassez ela não tem necessidade de gerar essas
481 informações a cada quinze minutos, nesse caso pode-se usar um conjunto de réguas, e aí a
482 gente pode fazer uma parceria, de repente com a AUSM, com alguém que possa percorrer a
483 bacia e fazer essas leituras. Segundo o pessoal do IPH, umas duas ou três leituras
484 semanais seriam suficientes para essas seções hidrológicas. Então eu acho que podemos
485 ter isso como perspectiva e o Plano de Bacia também vão apontar essas necessidades.
486 **Presidente Neio Lúcio Fraga Pereira:** então a sugestão é que fique essa proposta que eu
487 tinha apresentado: a Corsan propôs fazer essa leitura semanalmente e o comitê de bacia
488 fica com o acesso liberado pra também fazer a medição. Além do que, a partir da
489 reestruturação da Sema, o nosso Departamento de Recursos Hídricos poderá fazer um
490 monitoramento mais assíduo. Colocado em votação, aprovado com duas abstenções e um
491 voto contrário. **Item 05 – Expediente Administrativo n.º13543-0500/13-0 – Cronograma**
492 **de Reuniões do CRH/RS para 2014: Carmem Silva:** As reuniões do CRH sempre ocorrem
493 as quartas e partimos do dia doze de março, mas provavelmente por causa das metas da
494 ANA tenhamos que nos reunir em uma extraordinária antes de março. **Presidente Neio**
495 **Lúcio Fraga Pereira** apresentou as datas, 12 de março, 14 de maio, 09 de julho, 10 de
496 setembro e 12 de novembro, colocou em votação e foi aprovado por todos. **Item 05 –**
497 **Aprovação da Ata da 72ª Reunião Ordinária do CRH/RS: Secretária Executiva Adjunta**
498 **Carmem Silva:** não recebemos nenhuma solicitação de alteração. Pelo regimento interno
499 pode ser considerada como aprovada. **Presidente Neio Lúcio Fraga Pereira** colocou em
500 votação a aprovação da ata e foi aprovada por todos. **Secretária Executiva Adjunta**
501 **Carmem Silva:** Inclusão do Ofício da CTG pra composição da Câmara Técnica que foi
502 solicitado no início da reunião. **Paulo Robson Samuel:** A Câmara Técnica do Guaíba fazia
503 praticamente um ano que não se reunia. Nós chamamos uma comissão de comitês pra
504 conversarmos, darmos os encaminhamentos das novas deliberações da Câmara e fui
505 nomeado Presidente interino da CTG até a próxima reunião (fez novamente a leitura do
506 Ofício da CTG). Com isso passaríamos de sete para dez membros na CTG. Teria espaço
507 para mais dois comitês e a Secretaria de Habitação e Saneamento. **Ivo Mello:** Todas as
508 vezes que nos reunimos na Câmara Técnica do Uruguai a Carmem diz que aqueles
509 membros são parte que os outros estão sendo convidados e a gente sempre faz assim.
510 Minha pergunta: podemos mudar isso? Porque não sei se no Regimento Interno das
511 Câmaras Técnicas não está previsto que ela tenha esse tipo de organização. Temos onze
512 comitês na região do Uruguai, sete são titulares indicados. Eu sei que tem um regulamento
513 que diz que são sete e como eles são eleitos. Então se nós vamos aprovar alguma coisa
514 não vai ir contra alguma regra pré aprovada. **Secretária Executiva Adjunta Carmem Silva:**
515 A Resolução que criou as Câmaras Técnicas diz que tem que ser no mínimo seis e no
516 máximo doze. Quando elas foram instaladas o Fórum não foi consultado, foi passado aos
517 comitês convidando os que teriam interesse em participar e foram só esses que se
518 manifestaram. Depois disso não foi feita uma resolução da aprovação da composição, e é
519 isso que o Paulo Robson está pedindo agora. **Presidente Neio Lúcio Fraga Pereira:** Na
520 verdade a proposta da CTG é mudar a resolução, acrescentando a Secretaria de Habitação
521 e Saneamento e mais todos os comitês que participam da bacia do Guaíba. E aí se faz uma
522 nova resolução alterando a composição. **Daniel Schmitz:** a questão da leitura faz parte do
523 processo de inclusão. Nós somos nove comitês na região do Guaíba e o fato de sete
524 comitês estarem assumindo uma posição, participando e dois muitas vezes não se
525 comprometendo, não participando, não é salutar ao sistema. Quando conversamos sobre
526 isso, achamos até que nesse caso não seja nem convite, mas uma convocação do CRH
527 para os comitês participarem das Câmaras Técnicas. Temos um problema de inclusão, de
528 comitês que estão meio alheios ao processo de construção da região hidrográfica, e não dá
529 pra ter esse direito de não participar e discutir isso com os demais comitês da região
530 hidrográfica. Então essa é a leitura, da inclusão e da convocação para que todos os comitês



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

estejam representados lá, não dá pra se ter o direito de não participar do processo de construção da região hidrográfica. Presidente Neio Lúcio Fraga Pereira colocou em votação e foi aprovado por todos. **Secretária Executiva Adjunta Carmem Silva:** Resolução que foi aprovada *ad referendum* – a despesa necessária à participação do Departamento de Recursos Hídricos da Secretaria Estadual do Meio Ambiente por meio de locação de espaço do XX Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos, promovido pela Associação Brasileira de Recursos Hídricos, correrá por conta do UO: 0501, Recurso: 0295, Projeto: 5862, Elemento de Despesa: 39. Essa resolução foi publicada no Diário Oficial do Estado no dia seis de novembro e agora tem que passar pelo referendo do Conselho. Presidente Neio Lúcio Fraga Pereira colocou em votação e foi aprovado por todos. **Secretária Executiva Adjunta Carmem Silva:** temos aqui também cem mil reais destinados pra recursos publicitários para a Secretaria de Comunicação. **Presidente Neio Lúcio Fraga Pereira:** nós recebemos hoje um comunicado, mas já tivemos um contato prévio da Diretoria de Comunicação Criativa da Secretaria de Comunicação, no sentido que haja também programas do “Mateando com o Rio Grande”, onde a pauta ambiental vai fazer parte desse programa. Pra isso eles solicitam recursos nossos que não poderão ser utilizados de outra forma, que não seja essa, pra que a gente faça esse repasse para a Diretoria de Comunicação Criativa. **Daniel Schmitz:** muitas vezes nós não temos a possibilidade de intervir, nem os técnicos da Secretaria do Meio Ambiente, porque a própria temática recursos hídricos, pode ter às vezes leituras diferentes pela própria Secretaria de Comunicação. Ela pode fazer uma interpretação que não tem o conhecimento técnico e por isso eu gostaria que ficasse registrado e que fosse feito um acompanhamento próximo pra aquilo que for dito, seja dito não erroneamente, porque as vezes a gente se dá conta depois que saiu um discurso diferente ou uma leitura errada do que é o processo, por falta de conhecimento. Só uma aproximação para que seja realmente feita essa aplicação, tem que ser feita, mas que as palavras sejam bem usadas, os exemplos bem colocados. **Neio Lúcio Fraga Pereira:** penso que essa preocupação do Daniel é justa, eles já fizeram um contato conosco e querem conversar pra fazer a pauta do governo. Presidente colocou em votação, aprovado com uma abstenção. **Assuntos Gerais – Ivo Mello:** eu queria em nome da Câmara Técnica do Uruguai, da qual sou o atual presidente, agradecer a participação do Secretário Executivo do Fundo de Recursos Hídricos, Roberto Macagnan, em Santo Ângelo e também a participação do diretor do DEFAP, Júnior Carlos Piaia, que também nos honrou durante todo o dia com sua presença. E principalmente pelo fato de o evento esclarecedor que foi para os comitês que lá estavam, suas secretarias executivas, representantes de entidades convenientes com o FRH e a disponibilidade do Macagnan em ficar o dia inteiro, acolher todas as demandas que foram colocadas nesse processo e se comprometer com retorno. Então penso que foi um passo muito importante, já comuniquei ao coordenador do Fórum Gaúcho de Comitês, fiz um relato sugerindo inclusive que a continuação não seja um novo passo com as outras regiões hidrográficas, mas seja uma continuação, porque provavelmente vão ser muito repetitivos os assuntos. Não querendo pautar nem excluir nada, mas dar uma continuidade. Foi muito positivo e demos um grande passo. Então eu queria em nome da CTU e de todos os comitês agradecer a presença do Macagan, do diretor do DEFAP, que foi um grande passo dado lá. Eu estive há três semanas visitando o Marco Gaúcho das Águas. Ele fica num lugar de difícil acesso, a estrada não é asfaltada, está num rincão de campo longe e vimos que o marco está sem um pedaço. A parte de cima dele está caída, não sei se foi um ato de vandalismo ou outra coisa. Pra quem não conhecia muitos aqui não tiveram a oportunidade de ir lá, não sei se o Secretário tinha conhecimento do marco, ele significa o encontro das três regiões hidrográficas e, segundo o geógrafo João Manuel Trindade, ali o pingo d’água quando desce vai escolher se vai sair pelo Rio Camaquã pra Lagoa, pelo Rio Vacacaí aqui no Guaíba, ou se vai pelo Rio Santa Maria, pelo Rio Ibicuí, lá pra Buenos Aires. Estamos trazendo essa informação porque é uma pena, é um marco interessante pra nós e é uma pena que ele esteja colocado a cento e cinquenta metros da estrada, porque muitas pessoas passam e não enxergam. A sugestão é que a gente pudesse fazer um arranjo,



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

584 colocar no lugar e valorizar o espaço, sinalizar, fazer alguma coisa para lembrar que ele está
585 lá no rincão do Rio Grande. **Júlio Salecker:** vou fazer um breve relato da CTPA. Temos
586 cinco Câmaras Técnicas no CRH, essa é a que lida com o dinheiro, que tem trazido
587 inúmeros questionamentos e discussões ultimamente ao CRH. Tivemos uma reunião muito
588 positiva hoje pela manhã aqui nessa sala. Já estamos há anos nisso e vínhamos sem muita
589 explicação de como as coisas aconteciam; se fazia reuniões sem ter muito em cima do que
590 discutir ou o que decidir, porque não tínhamos a estrutura, a secretaria do FRH estava há
591 algum tempo sem secretário executivo. Mas o fato é que muito positivamente hoje nós
592 tivemos uma reunião com a presença do Roberto Macagnan, e foi uma grata surpresa pra
593 nós porque ele veio organizado, expôs como as coisas estão acontecendo, claro, bastante
594 novo porque assumiu há pouco, mas já trazendo números, mostrando onde está o dinheiro,
595 o que está se fazendo com ele, qual a previsão de gastos e como vamos planejar e nos
596 estruturar daqui pra frente. Foi um momento especial pra essa Câmara e me atrevo a dizer
597 que foi pra todos nós dos comitês, pra este Conselho e porque não dizer também pras
598 águas do Rio Grande do Sul. Nós que estamos a muitos anos nessa caminhada e vínhamos
599 há muito tempo mendigando pra ver quem ia ganhar o próximo Plano de Bacia, fazíamos fila
600 na SEMA, era horrível. Hoje temos isso no papel, tudo organizado, vai acontecer, tem todo
601 um planejamento que algum tempo atrás não tínhamos. Queremos elogiar a Secretaria por
602 ter tomado atitude, por ter indicado uma pessoa que já está mostrando um resultado
603 positivo. Tem muita coisa pra fazer, ele mesmo colocou isso, porque está tomando pé de
604 toda essa situação. Esse é um relato bastante positivo dessa Câmara. O interesse dos
605 integrantes dessa Câmara é que a regra seja cumprida. Tem regra, tem dinheiro, tem uma
606 resolução que diz que 55% deve ser usado pela SEMA, tantos por cento por outras
607 secretarias e é isso. Isso que temos que rezar, ficar em cima e puxar. E a SEMA também
608 tem que se estruturar e ter capacidade pra gastar esse recurso, fazer planejamento e
609 conseguir dizer no final do ano: faltou um pouquinho! E não devolver dinheiro. O Macagnan
610 também trouxe uma boa experiência da Oficina na Região do Uruguai e se deliberou que
611 seja feito nas demais regiões hidrográficas uma Oficina, principalmente com os Secretários
612 Executivos, de fazer um alinhamento sobre como se encaminha principalmente a questão
613 do Plano de Trabalho, que é o dinheiro que vai todos os anos aos comitês, a fim de
614 padronizar, nivelar e tentar reduzir toda confusão que tem nesse quesito. Também
615 estávamos desde agosto com a presidência interina dessa câmara, hoje fizemos a eleição,
616 eu fui eleito presidente e o Tiago Lucas Corrêa segue como vice presidente. **Nelson**
617 **Narvaes:** boa tarde a todos. Trago aqui uma notícia alvissareira. Foi assinado em
618 Montevidéu, no dia 11 de novembro, inclusive com a presença do Secretário Neio, um
619 acordo entre Brasil e Uruguai, ou seja, entre a ANA e Departamento Nacional de Águas do
620 Uruguai. É uma satisfação muito grande pra nós do Quaraí, porque esse acordo é pra
621 monitorar a vazão, a qualidade da água e a utilização da água da calha do Rio Quaraí. O
622 Comitê Quaraí outorgado pela ANA, embora seja um comitê das águas estaduais, tem muita
623 gestão sobre a calha, inclusive controlamos a vazão e a captação na calha que é outorgado
624 pela própria ANA. Temos uma preocupação constante sobre a calha, porque o Rio Quaraí é
625 um rio que dá surpresas. No município de Quaraí na madrugada de domingo choveu
626 duzentos e vinte milímetros. Se caísse uma chuva dessas na grande Porto Alegre os
627 engenheiros que fecharam esses arroios e essas sangas, iam ser sacrificados, ou seja, ia
628 morrer muita gente. Com isso o rio subiu nove metros e inundou toda a aquela várzea,
629 porém a cidade de Quaraí está preparada pra isso. Muito pouca gente, somente aqueles
630 teimosos que voltam a ocupar as áreas ribeirinhas foram tirados da enchente, não houve
631 nenhum problema grave. O problema mais grave que houve foi em Artigas, no Uruguai.
632 Então esse acordo é muito interessante pra nós, porque ele nasceu antes do comitê existir.
633 Nós da Associação de Arrozeiros, da Comissão de Irrigantes, já tínhamos contato constante
634 com o pessoal do outro lado, realizamos até oficinas antes da composição do Quaraí, ou
635 seja, tudo nasceu ali na base. Eles também têm uma comissão de irrigantes e nós temos
636 que discutir esses assuntos, porque ambos os lados tinham pontos de captação de água pra



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

637 irrigar na calha, só que eles não estavam organizados como nós, mas agora estão se
638 organizando. Aproveito pra cumprimentar o nosso Secretário que estava presente na
639 assinatura desse acordo, e dizer que isso é motivo de orgulho pra nós do Quaraí, porque
640 esse acordo nasceu na base, foi o nosso pessoal do lado de cá discutindo com eles do outro
641 lado, amigavelmente, amistosamente. É muito boa a nossa relação com o pessoal do
642 Uruguai na formação desse comitê que vai ser internacional. Por outro lado, já na
643 composição do Comitê do Uruguai que está nascendo, nós não temos a mesma facilidade
644 como com os irmãos argentinos, a coisa é mais difícil. **Presidente Neio Lúcio Fraga**
645 **Pereira:** Só queria complementar porque nessa agenda extensa que tivemos no Uruguai, foi
646 também aprovado por sugestão nossa, uma agenda ambiental da fronteira. Na discussão da
647 política de resíduos sólidos, num dos dez eventos que vão ocorrer, vão ser convidadas as
648 populações, tanto do lado brasileiro como do lado uruguaio, pra esse debate. Também foi
649 assinado lá pra o iniciar as obras do saneamento de Aceguá, no Brasil e Aceguá no
650 Uruguai. A Corsan e a Secretaria de Habitação e Saneamento propuseram também a
651 realização em Chuí, no Brasil, Chuí no Uruguai e Santa Vitória do Palmar. São passos
652 importantes que estão sendo dados, porque essas discussões têm que ser feitas de forma
653 conjunta entre os dois países. **Paulo Robinson Samuel:** eu sempre tenho cobrado, tenho
654 feito críticas nesses quatro anos que estou à frente do Comitê Gravataí, referente aos
655 repasses dos recursos do convênio. Então gostaria de comunicar aos conselheiros que
656 depois de cinco anos saiu esse convênio. No dia cinco de novembro foi delegada
657 competência ao Secretário pra assinar e estamos com ele nas mãos e vou ler o objeto (fez a
658 leitura do convênio). Eu gostaria de cumprimentar essa gestão e ao Macagnan que nos
659 ajudou nisso também. Também gostaria que se fizesse uma metodologia de prestação de
660 contas. Nós precisamos disso escrito para saber como gastar e gastar bem esse dinheiro,
661 pra evitar problemas futuros. O Comitê Gravataí junto com a UFRGS conseguiu que fosse
662 aprovado no Conselho da Universidade, no dia dezoito de outubro, um convênio que fomos
663 buscar através de verbas parlamentares, um recurso pra ser aplicado em educação
664 ambiental na bacia do Rio Gravataí, no valor de um milhão de reais. Essa é uma das ações
665 do Plano, embora não tendo Agência de Bacia, nós do Comitê Gravataí não estamos
666 parados. Esse acordo será assinado no dia vinte e cinco entre a UFRGS, Instituto de
667 Biociências, Comitê Gravataí e o Deputado Ronaldo Zulke que é o autor da emenda
668 parlamentar. Também sugiro como tema de pauta para próxima reunião um balanço do
669 décimo quinto Encontro Nacional de Comitês de Bacia. **Daniel Schmitz:** Quero destacar a
670 realização do décimo quinto Encontro Nacional de Comitês de Bacia, que apesar dos
671 percalços numa trajetória de planejamento pra execução, deu um stress bastante grande,
672 mas conseguimos sucesso na sua execução. Foi um sucesso de reconhecimento nacional,
673 de compreensão nacional sobre as problemáticas que tivemos pra execução disso. Gostaria
674 de agradecer em nome dos comitês do estado, o empenho do Governo do Estado, na busca
675 do sucesso e na realização desse encontro e enfatizar a importância política dessa
676 realização e dos avanços que o sistema estadual de recursos hídricos do Rio Grande do Sul
677 têm buscado e atingido na ocasião desse Encontro. Esse encontro não é simplesmente o
678 encontro de pessoas que trabalham e que buscam a gestão dos recursos hídricos, mas sim,
679 ele semeia novas oportunidades e novos momentos, troca de experiências e aqui no Rio
680 Grande do Sul o fato da adesão da ANA. O Encontro Estadual de Comitês de Bacias
681 Hidrográficas aconteceu nos primeiros dias, temos um documento que agora dia vinte de
682 novembro, na reunião do Fórum Gaúcho de Comitês, em Bento Gonçalves, durante o a
683 ABRH, nós teremos um debate com relação aos pontos que foram pautados, e a partir
684 desse debate e deliberação do FGC, daremos encaminhamento das informações a este
685 conselho. No dia vinte e um e vinte e dois em Maceió, onde vai ser realizado o décimo sexto
686 encontro Nacional, teremos a reunião do Colegiado Coordenador Nacional do Fórum
687 Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas do qual eu, Paulo Robinson e o Ivo Mello
688 fazemos parte representando o nosso estado. Eu já confirmei minha presença, mas o Paulo
689 e o Ivo não conseguirão estar. Lá vamos colocar a posição do Rio Grande do Sul e trazer os



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

690 resultados para serem apresentados e contabilizados, no que diz respeito a participação e
691 dos frutos tirados desse Encontro Nacional de Comitês. E traremos essas informações para
692 a próxima reunião do CRH. Sobre a reunião dos comitês durante a ABRH, o acesso ao
693 Simpósio, a exposição e ao estacionamento é gratuito, somente a participação nos debates
694 e na programação é que tem um custo. A nossa reunião está sendo recebida pela ABRH
695 gratuitamente, vamos ter uma sala disponibilizada só pra isso e podemos ter visitação aos
696 estandes sem custo algum. **Presidente** Neio Lúcio Fraga Pereira destacou a importância
697 do ENCOB para SEMA e para o Departamento de Recursos Hídricos pela visibilidade que
698 deu até nos meios de comunicação. Foi um momento muito importante, muita troca de
699 idéias e foi muito valoroso para a SEMA. O presidente encerrou a reunião e eu, Carmem
700 Lúcia Silveira da Silva, Secretária Executiva Adjunta do CRH/RS, em exercício, lavro esta
701 ata.